

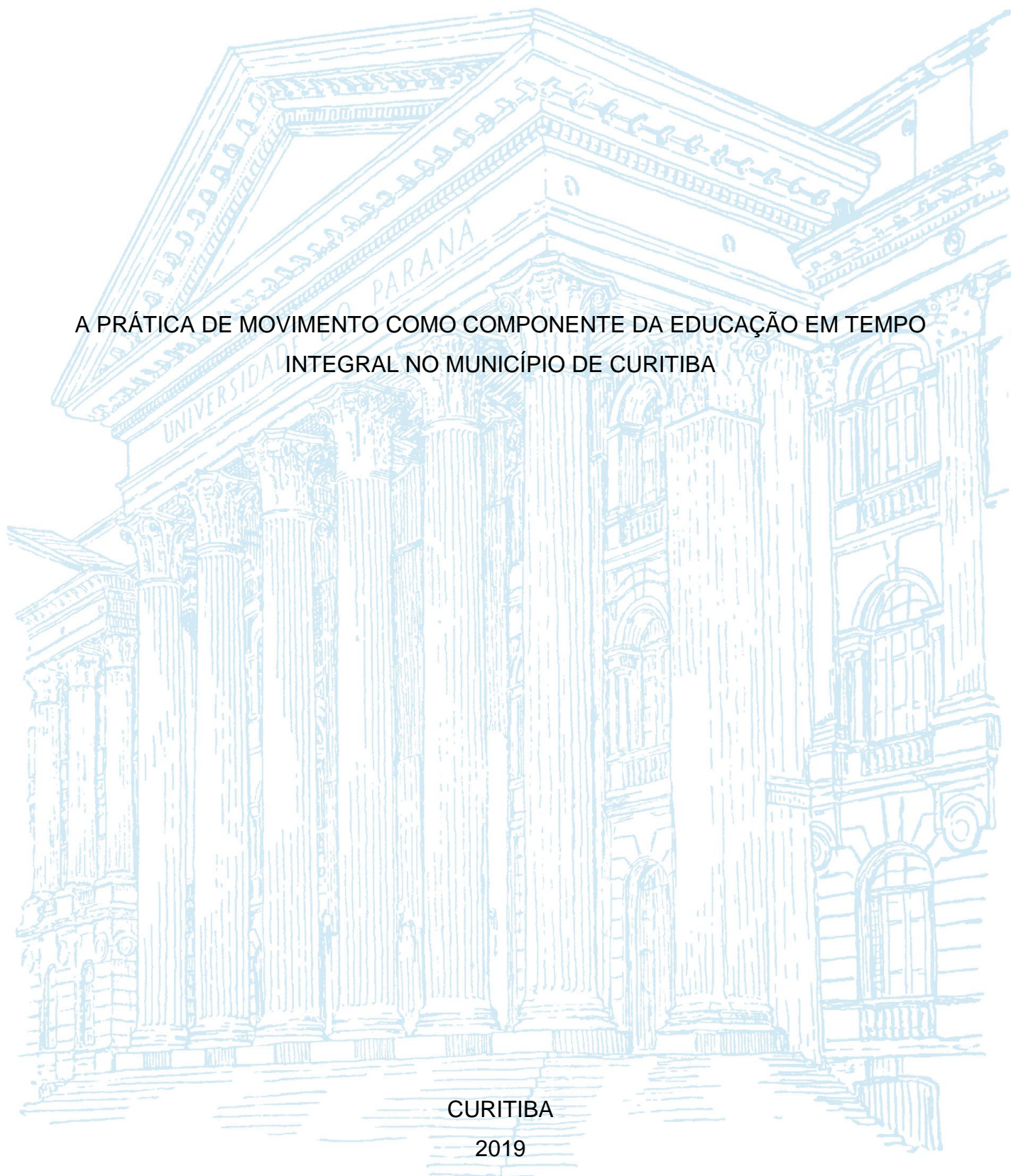
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUCAS HENRIQUE GOWATISKI

A PRÁTICA DE MOVIMENTO COMO COMPONENTE DA EDUCAÇÃO EM TEMPO
INTEGRAL NO MUNICÍPIO DE CURITIBA

CURITIBA

2019



LUCAS HENRIQUE GOWATISKI

A PRÁTICA DE MOVIMENTO COMO COMPONENTE DA EDUCAÇÃO EM TEMPO
INTEGRAL NO MUNICÍPIO DE CURITIBA

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura
em Educação Física, Universidade Federal do
Paraná, como requisito parcial à obtenção do
título de Licenciado em Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. Sergio Roberto Chaves
Junior

CURITIBA

2019

Dedico aos meus professores, colegas e familiares que me acompanharam ao longo de toda minha formação humana e acadêmica, cada um de vocês foi importante de alguma forma na minha vida.

Dedico também a minha futura esposa que teve muita paciência durante a escrita desta monografia e foi um suporte fundamental ao longo da minha caminhada.

Por último aos leitores que por algum motivo vierem a conhecer esta pesquisa que concluiu minha graduação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que sempre esteve comigo ao longo da minha vida, me protegendo, abençoando e me iluminando. Sobretudo nos momentos mais difíceis e de desespero, quando mais precisei dele.

Aos meus pais que me formaram como homem e foram responsáveis por educar-me e incentivar-me a estudar e aprender sempre mais.

Aos meus amigos e colegas que fizeram parte da minha formação, pois se não fossem eles muito do que eu sei hoje não faria muito sentido.

Aos meus professores e mestres que contribuíram com muito conhecimento e sabedoria ao longo da minha vida, principalmente ao meu orientador Prof. Dr. Sergio Roberto Chaves Junior que tanto me incentivou e me direcionou durante esta pesquisa que se tornou minha monografia.

Agradeço também à globalização e facilitação do mundo atual as fontes de pesquisas de documentos que podem ser acessados através dos navegadores de internet, facilitando a pesquisa e auxiliando na execução do presente trabalho.

Por fim sou grato por toda criação, pelo universo, pela terra em que podemos viver, pelo alimento e pela água que nos fortalecem, pelo Sol e pelo fogo que nos aquecem e nos dão energia, pelos animais e pela natureza que existem nesse mundo, por todas as sociedades existentes que vivem em comunhão respirando o mesmo ar e habitando o mesmo planeta.

"A educação desenvolve as qualidades, não as cria."

Marquês de Vauvenargues

RESUMO

A presente monografia foi elaborada a partir da pesquisa e análise de documentos que subsidiam a Prática de Movimento e de Iniciação Esportiva como um componente da Educação em Tempo Integral no Município de Curitiba. O objetivo foi analisar as possibilidades formativas desta prática educativa, demonstrando suas contribuições presentes nos tempos e espaços voltados ao contraturno escolar. Ocorreu uma pesquisa documental a respeito da Educação em Tempo Integral, buscando compreendê-la, a fim de entender onde estava inserida a Prática de Movimento. Fez-se a contextualização histórica da Educação em Tempo Integral, a partir de documentos da Secretaria Municipal da Educação de Curitiba, também foram analisadas as políticas educacionais voltadas à área. Compreendendo a partir desses documentos como estão direcionadas e onde estão inseridas as escolas que ofertam o período de tempo integral no município. A partir daí foi possível melhor compreender e analisar como as Práticas de Movimento e de Iniciação Esportiva estão inseridas como componentes da Educação em Tempo Integral e como estão planejadas suas oficinas.

Palavras-chave: Prática de Movimento. Iniciação Esportiva. Educação. Tempo Integral. Contraturno.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ESCOLAS MUNICIPAIS COM OFERTA DE TEMPO INTEGRAL NO ENSINO FUNDAMENTAL, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, EM CURITIBA - 1987 – 2016	26
Figura 2 – MAPA DOS CEIS DE CURITIBA	28
Figura 3 – NÚMERO DE MATRÍCULAS DO ENSINO FUNDAMENTAL, POR TEMPO DE ATENDIMENTO (PARCIAL/INTEGRAL), NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, EM CURITIBA - 2010 – 2015	29
Figura 4 – CAPA DO CADERNO EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL DE CURITIBA TEMPOS, ESPAÇOS E NÚMEROS (2016)	31
Figura 5 – CAPA DO CADERNO ORGANIZAÇÃO DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS EM OFICINAS NAS UNIDADES ESCOLARES COM OFERTA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL (2016)	33
Figura 6 – CAPA DO CADERNO PRÁTICAS DE XADREZ NA EDUCAÇÃO INTEGRAL	35
Figura 7 – CAPA DO CADERNO PRÁTICAS DE BADMINTON NA EDUCAÇÃO INTEGRAL	36
Figura 8 – CAPA DO CADERNO CORRIDA DE ORIENTAÇÃO NA EDUCAÇÃO INTEGRAL	37
Figura 9 – CAPA DO CADERNO PRÁTICAS DE JUDÔ NA EDUCAÇÃO INTEGRAL	39
Figura 10 – CAPA DO CADERNO PRÁTICAS CIRCENSES NA EDUCAÇÃO INTEGRAL	41
Figura 11 – CAPA DO CADERNO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL (2016)	42

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 JUSTIFICATIVA	9
1.2 OBJETIVOS	11
1.2.1 Objetivo geral	11
1.2.2 Objetivos específicos	11
1.3 METODOLOGIA	11
2 EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	13
2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL	13
2.2 POLÍTICAS EDUCACIONAIS VOLTADAS AO ENSINO INTEGRAL	14
3 EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NO MUNICÍPIO DE CURITIBA	21
3.1 DIRETRIZES MUNICIPAIS DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL	21
3.2 MAPA DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL	23
4 AS PRÁTICAS DE MOVIMENTO E DE INICIAÇÃO ESPORTIVA	32
4.1 COMO ESTÃO PLANEJADAS ESSAS PRÁTICAS	32
4.1.1 Os cadernos das Práticas de Movimento e de Iniciação Esportiva	34
4.1.2 A Alimentação na Educação em Tempo Integral	41
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS	48
ANEXO 1 – META 6 DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	50
ANEXO 2 – RELAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES COM OFERTA DE TEMPO INTEGRAL (2016)	53

1 INTRODUÇÃO

Podem existir dúvidas a respeito do que é Educação Integral e o que é Educação em Tempo Integral, podendo até confundir um com o outro, pois os termos assemelham-se e acabam coincidindo em alguns pontos. Educação Integral tem por objetivo educar integralmente o estudante independente de carga horária (CURITIBA, 2016d). Já a Educação em Tempo Integral contempla além do ensino regular/parcial uma carga horária ampliada, com conteúdos específicos e oficinas de contraturno proporcionando ao aluno uma educação integral e integrada.

Educar integralmente reafirma o nosso desafio em ofertar a BOA ESCOLA, aquela que oportuniza a aprendizagem de qualidade, embasada na discussão, no planejamento, no acompanhamento e na avaliação do conjunto de ações que marcam o trabalho pedagógico da instituição. (CURITIBA, 2016d, p. 22)

A expansão da carga horária por si só não melhora a qualidade da educação, por isso a Educação em Tempo Integral está amparada pelo Plano Nacional de Educação, em sua sexta meta, que propõe os objetivos para a educação brasileira com uma carga horária ampliada. Existem muitos termos relacionados a essa temática, neste trabalho utilizaremos a nomenclatura Educação em Tempo Integral, por ser a utilizada pela Rede Municipal de Ensino de Curitiba em seus documentos atuais, norteadores dessa modalidade educativa.

1.1 JUSTIFICATIVA

A Educação em Tempo Integral é uma questão relativamente recente e suas abordagens metodológicas devem ser compreendidas para que se avancem os estudos sobre sua importância. Pesquisar a respeito desse tema contribui para que haja uma reflexão de como está sendo planejado e quais as diretrizes que regem o período ampliado de ensino, entendendo não somente os enfoques teóricos, mas também das práticas pedagógicas. Este trabalho se direciona mais especificamente nas questões que envolvem as Práticas de Movimento e de Iniciação Esportiva, procurando esclarecer como está planejado o desenvolvimento destas práticas e como estão teoricamente justificadas, a fim de demonstrar suas possibilidades e contribuições na formação dos alunos dos ciclos iniciais do Ensino Fundamental.

Este trabalho foi motivado através das observações ocorridas na disciplina de Prática de Ensino A, que ocorreram dentro de um Centro de Educação Integral de Curitiba. Durante as observações ocorreram algumas dúvidas e curiosidades a respeito da Educação em Tempo Integral e da Prática de Movimento, essas dúvidas nos levaram à pesquisa e ao aprofundamento dessa temática. Encontramos documentos que subsidiam a Prática de Movimento como componente da Educação em Tempo Integral elaborados pela Secretaria Municipal da Educação, também pesquisamos algumas leis federais e municipais voltadas à Educação em Tempo Integral.

A disciplina de Prática de Ensino ocorreu simultaneamente com a escrita deste trabalho, durante os dois semestres de observações, que ocorriam uma vez por semana durante o período letivo, foi possível relacionar muitas questões analisadas nos documentos e observadas na prática na escola municipal. A Prática de Ensino é muito importante para o curso de Licenciatura em Educação Física, pois insere o professor em formação no seu campo de atuação, a escola. Além disso, essa inserção traz a possibilidade da criação de problemáticas que podem ser exploradas e pesquisadas, e assim como este trabalho, se tornem pesquisas acadêmicas voltadas para questões escolares na área da Educação Física.

Durante às análises diversas especificidades da Educação em Tempo Integral curitibana foram encontradas, como por exemplo, o trabalho planejado em oficinas de aprendizagem voltadas para o contraturno. Assim, no período regular os estudantes têm aulas de Educação Física e no período Integral eles têm oficinas de Prática de Movimento e de Iniciação Esportiva.

A pesquisa sobre as diretrizes e prescrições das oficinas de Prática de Movimento e de Iniciação Esportiva, no contraturno escolar dos Centros de Educação Integral de Curitiba, se deve a fim de analisar os cadernos, voltados a essa prática educativa, propostos pela Secretaria Municipal da Educação. Procurando analisar como essa prática está planejada, refletindo sobre suas possibilidades e desafios atuais, busco compreender seus objetivos e metodologias, a fim de evidenciar sua importância no currículo do Município e o que a difere em relação à Educação Física.

Em vista de contribuir para que a temática em questão seja mais bem estudada, podendo assim denotar avanços do ponto de vista pedagógico dentro do contraturno escolar, procuro explorar e revisar conceitos a respeito do assunto.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo geral da pesquisa é: analisar as diretrizes e prescrições das Práticas de Movimento e de Iniciação Esportiva nos ciclos iniciais do Ensino Fundamental, evidenciando suas contribuições como componente da Educação em Tempo integral de Curitiba.

1.2.2 Objetivos específicos

- Analisar os aspectos históricos que compõe a Educação em Tempo Integral de Curitiba.
- Identificar quais são as políticas públicas vigentes voltadas à Educação em Tempo Integral.
- Apontar as diretrizes que regem as escolas com oferta de Tempo Integral no município de Curitiba.
- Compreender os encaminhamentos metodológicos e o planejamento das Práticas de Movimento e de Iniciação Esportiva.
- Analisar os documentos e prescrições voltados para a Prática de Movimento.

1.3 METODOLOGIA

O estudo faz análises que buscam explorar os significados de Educação Integral e Educação em Tempo integral, apresentando os aspectos que fundamentam atualmente essas possibilidades educativas, aprofundando-se a respeito das Práticas de Movimento e de Iniciação esportiva nos ciclos iniciais do Ensino Fundamental, nos Centros de Educação Integral (CEIs) de Curitiba.

Como opção metodológica, a pesquisa procura contextualizar a temática central, partindo do conteúdo geral e direcionando para um tema mais específico a ser estudado, assim apresentando primeiro o que é a Educação em Tempo Integral em Curitiba, para depois enfatizar a pesquisa nas Práticas de Movimento e de

Iniciação Esportiva. Essa pesquisa parte do ponto de vista teórico com análise documental, a partir dos documentos que regulamentam a Educação em Tempo Integral no Município de Curitiba. Segundo Antônio Carlos Gil (2002) a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.

O primeiro capítulo do trabalho faz um breve histórico da Educação em Tempo Integral no Brasil e em Curitiba, concentrando-se nas políticas educacionais vigentes em âmbito Federal e Municipal, por se tratar do foco desta pesquisa. Foram analisados os documentos da Secretaria Municipal da Educação de Curitiba, além de textos localizados nas leis municipais e federais que direcionam a Educação em Tempo Integral nos últimos anos.

O segundo capítulo examina os documentos da Secretaria Municipal de Curitiba que servem de subsídio para a Educação em Tempo Integral na capital paranaense, buscando compreender seu planejamento e organização. O contexto histórico regional também está presente no capítulo, apresentando como o contraturno escolar foi se desenvolvendo e ressaltando a importância do processo de consolidação do período de tempo integral, mapeando onde surgiu e onde se estabeleceram as unidades com tempo ampliado na jornada escolar.

O terceiro capítulo tem por finalidade discutir acerca do planejamento das Práticas de Movimento e de Iniciação Esportiva, através dos cadernos que norteiam o trabalho dos professores da Rede Municipal de Ensino, apresentando as possibilidades existentes que podem ser trabalhadas no contraturno da Educação em Tempo Integral. Tendo em vista essas questões, é possível destacar a importância de aprofundar os conteúdos da Educação Física, por meio de atividades lúdicas nestas oficinas de contraturno.

2 EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

A primeira escola com regime de tempo integral foi criada e implantada na Bahia, por Anísio Teixeira em 1950. Foi inaugurada com o nome de Centro Educacional Carneiro Ribeiro, popularmente chamada de “Escola Parque” (CURITIBA, 2006). Esta proposta buscava uma formação integral dos alunos entendendo que a ampliação da carga horária estava diretamente ligada com o aumento na qualidade da educação.

A proposta previa o período de semi-internato, com início às 7h30min e término às 16h30min. O complexo escolar, organizado numa rede de prédios ligados entre si dentro de uma mesma área, era formado pelo jardim de infância (destinado a crianças de 4 a 6 anos), escolas-classe (destinadas à educação intelectual de crianças de 7 a 14 anos) e escolas-parque (destinadas a completar a tarefa das escolas-classe, mediante o desenvolvimento artístico, físico e recreativo da criança e a sua iniciação no trabalho). (CURITIBA, 2006, p. 23).

Em Curitiba o ensino integral tem suas raízes em meados dos anos 1960 com a Escola Experimental Papa João XXIII. Vinte anos mais tarde entra em funcionamento a Secretaria Municipal da Educação, e em seguida tiveram início as primeiras Escolas de Tempo Integral (ETIs) (CURITIBA, 2016a). Gradativamente escolas regulares foram se tornando Centros de Educação Integral (CEIs) no início dos anos 1990, e aos poucos foi aumentando a oferta da educação em período de tempo ampliado.

Em alguns lugares do país começaram a surgir novos projetos que visavam a Educação Integral dos estudantes:

No Brasil, várias ações foram concretizadas, como a implantação de centros de educação integral, tais como: os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), no Rio de Janeiro; o Programa de Formação Integral à Criança (PROFIC), em São Paulo; as Escolas de Tempo Integral (ETIs) e os Centros de Educação Integral (CEIs), em Curitiba; o Projeto Curumim, em Minas Gerais; o Programa de Atenção à Criança e ao Adolescente (PRONAICA); os Centros Integrados de Apoio à Criança (CIACs), que tiveram sua denominação alterada para Centros de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAICs), e outros programas de menor abrangência em diferentes municípios e estados do Brasil. (CURITIBA, 2006, p. 24).

Todas essas experiências contribuíram para a organização do tempo escolar e disseminação da reflexão a respeito da ampliação do tempo dentro da escola. Contudo, foi a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9.394/96 que ocorre um avanço nas discussões sobre o assunto, pois dentro do seu artigo 34, seu 2º parágrafo recomenda-se que o Ensino Fundamental passe a ser progressivamente ministrado em tempo integral, com a ampliação gradativa do período de permanência do estudante na escola.

2.2 POLÍTICAS EDUCACIONAIS VOLTADAS AO ENSINO INTEGRAL

Nos últimos anos as políticas educacionais voltadas para o ensino integral vêm aumentando, de forma que o número de escolas que ofertam educação em tempo integral e a oferta de vagas nessa modalidade também cresce de maneira significativa. O Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, propõe diretrizes para a educação brasileira, com metas que precisam ser atingidas até o ano de 2024. Estas metas visam garantir o direito à educação em sua integralidade, assegurando o acesso e a permanência, a fim de reduzir as desigualdades educacionais e de promover os direitos humanos, formando para o trabalho e para o exercício autônomo da cidadania (BRASIL, 2014, p. 9).

A meta seis do PNE é “Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% meta (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica”. Segundo o PNE (2014) Educação em Tempo Integral é aquela de carga horária igual ou superior a 7 horas diárias, esse é o tempo em que o aluno deve permanecer na escola ou em atividades escolares e outros espaços educacionais.

Dessa forma, a educação em tempo integral se concretiza por meio do desenvolvimento de atividades de acompanhamento pedagógico, experimentação e investigação científica, cultura e artes, esporte e lazer, cultura digital, educação econômica, comunicação e uso de mídias, meio ambiente, direitos humanos, práticas de prevenção aos agravos à saúde, promoção da saúde e da alimentação saudável, entre outras. Mais do que a ampliação da jornada escolar diária, no entanto, a educação em tempo integral exige dos sistemas de ensino e das escolas um projeto pedagógico específico, que abarque a formação de seus agentes, a infraestrutura e os meios para a sua implantação. (BRASIL, 2014, p. 98)

Porém não basta apenas aumentar a carga horária, é preciso oferecer as condições necessárias para formar integralmente o aluno, como propõe o PNE. Para concretizar e atingir os objetivos é essencial proporcionar meios para que estes sejam alcançados integralmente. Com a finalidade de direcionar essa proposta, foram criadas nove estratégias a fim de alcançar os objetivos da mesma, são elas:

6.1) promover, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos (as) alunos (as) na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola;

6.2) instituir, em regime de colaboração, programa de construção de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social;

6.3) institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral;

6.4) fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários;

6.5) estimular a oferta de atividades voltadas à ampliação da jornada escolar de alunos (as) matriculados nas escolas da rede pública de educação básica por parte das entidades privadas de serviço social vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino;

6.6) orientar a aplicação da gratuidade de que trata o art. 13 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, em atividades de ampliação da jornada escolar de alunos (as) das escolas da rede pública de educação básica, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino;

6.7) atender às escolas do campo e de comunidades indígenas e quilombolas na oferta de educação em tempo integral, com base em consulta prévia e informada, considerando-se as peculiaridades locais;

6.8) garantir a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas;

6.9) adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais.” (BRASIL, 2014, não p.)

Essas estratégias são fundamentais para atingir os indicadores de: no mínimo, 50% das escolas públicas com pelo menos uma vaga em tempo integral, ou seja, que segundo esse indicador para a escola ser considerada de tempo integral precisa ter pelo menos uma turma em funcionamento nessas condições; e de, no mínimo, 25% de matrículas em tempo integral. Contudo, se, dentro dos 10 anos de aplicação do PNE, os investimentos necessários ocorrerem, com o objetivo de melhorar a infraestrutura das escolas, aumentando a carga horária de professores em uma única escola, promovendo a inclusão e valorizando o direito à educação será alcançada também “a quarta diretriz do PNE: a melhoria da qualidade da educação básica.” (BRASIL, 2014, p. 110)

Os desafios no âmbito nacional acabam por resultar no estabelecimento de um conjunto de ações nas esferas estaduais e municipais. Nesse sentido, passamos para a análise de como estas questões estão sendo tratadas em Curitiba, a capital paranaense. Para cumprir o que estabelece a Lei do PNE foi sancionada a Lei Municipal nº 14.681 de 24 de junho de 2015, estabelecendo o Plano Municipal de Educação - PME do município de Curitiba, com metas que precisam ser atingidas até o ano de 2025. O PME visa atender os objetivos propostos no PNE, contribuindo com diretrizes, metas e estratégias voltadas para a realidade existente dentro do município e suas especificidades locais.

O PME de Curitiba estabelece 26 metas, seis a mais que o PNE, no entanto a meta seis é a mesma. Procurando direcionar as políticas educacionais municipais o plano conta com 20 estratégias¹ para atingir a meta de “Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) estudantes da educação básica.”(CURITIBA, 2015, não p.), dentre elas vale destacar estratégias como a de:

¹ O Anexo 1 contém todas as 20 estratégias do PME.

6.4 Garantir às unidades educacionais que ofertam educação em tempo integral infraestrutura e manutenção adequada, com implementação de planos de reformas e adequações em unidades que não foram construídas para o atendimento em tempo integral, considerando os horários e atendimento diferenciados, com equipamentos, instrumentos, mobiliário e recursos tecnológicos, proporcionando maior mobilidade, acessibilidade, funcionalidade e segurança, adequados a todos os níveis de ensino. (CURITIBA, 2015, não p.)

Essa estratégia busca atender a demanda municipal pela Educação em Tempo Integral, de forma a manter e ampliar os espaços já existentes dentro das escolas. Além disso, é possível observar nas seguintes estratégias o propósito de expandir e integralizar a educação, buscando nesta estratégia “6.7 Prever que a construção de novas escolas do município sejam planejadas para atender às especificidades e às necessidades arquitetônicas, ambientais e de mobiliário da educação integral” (CURITIBA, 2015, não p.). Não deixando de lado a estrutura presente dentro do município, procurando na seguinte estratégia “6.8 Prever obras específicas de reforma e ampliação dos espaços educativos para o atendimento da educação integral” (CURITIBA, 2015, não p.). Essas estratégias articulam o que já está previsto no PNE, e colocam questões mais específicas de Curitiba, devido a sua grande estrutura de unidades que de alguma forma já atendem ou possuem condições de atender estudantes em tempo integral. Sendo necessário não somente a construção de novas escolas, como prevê o PNE, mas também reformas que busquem melhorar o atendimento das unidades, ampliando os espaços para atender a um maior número de matrículas.

Com a ampliação dos espaços, os CEIs precisam de profissionais qualificados para atender às especificidades geradas pela ampliação da carga horária e pelas diferentes atividades docentes que começam a fazer parte do cotidiano escolar. Buscando qualificar o trabalho pedagógico presente no contraturno, a Secretaria Municipal da Educação prevê a permanência dos professores e a formação continuada pretendendo cumprir os seguintes objetivos:

6.10 Ampliar a oferta da educação em tempo integral na perspectiva da construção de territórios educativos que promovam o desenvolvimento das habilidades cognitivas, afetivas, psicomotoras e sociais dos(as) estudantes, buscando a garantia dos direitos à aprendizagem, por meio da mobilização de diferentes secretarias municipais, fomentada pelas Secretarias da Educação, para construção de um plano de ampliação de territórios.

6.15 Garantir número necessário de profissionais da educação escolar básica qualificados(as) para os diferentes atendimentos (docentes e não docentes), incluindo o(a) articulador(a) pedagógico(a) de tempo integral, de forma a atender com qualidade, às necessidades específicas de cada instituição que oferece educação em tempo integral, nos diferentes níveis de ensino da educação básica, levando-se em conta o número de estudantes atendidos(as), considerando as modalidades ofertadas e especificidades socioeconômicas de cada unidade, na perspectiva da equidade.

6.16 Garantir a oferta de formação continuada específica para profissionais da educação escolar básica que trabalham em instituições de tempo integral, considerando a implementação de políticas públicas voltadas para o enfrentamento de questões sociais, econômicas, culturais, ambientais, psicopedagógicas e políticas, visando à melhoria da qualidade na educação integral. (CURITIBA, 2015, não p.)

A primeira estratégia do PNE anuncia a importância de ampliar a jornada do professor numa mesma escola, sendo esses professores qualificados e os responsáveis por: “6.14 Ofertar atividades recreativas, esportivas, culturais, de cidadania e tecnológicas, diferenciadas, direcionando a expansão da jornada escolar, para perspectiva da educação integrada” (CURITIBA, 2015, não p.). Por esse motivo eles precisam de algo que norteie seu trabalho docente, portanto está voltada para a Rede Municipal de Ensino a estratégia: “6.5 Considerar a concepção de educação integral na construção dos documentos orientadores municipais” (CURITIBA, 2015, não p.). Assim, também estão previstas na Lei do PME as seguintes estratégias:

6.17 Promover a educação integral considerando o aprofundamento da educação científica e tecnológica; a dimensão da educação ambiental; a educação em direitos humanos; a pluralidade cultural; a historicidade; a ampliação do repertório artístico cultural a partir do estudo das diferentes linguagens artísticas; as modalidades esportivas; a promoção da saúde, potencializando, entre outros, o letramento linguístico, matemático e científico.

6.18 Promover o atendimento em educação integral com utilização de metodologias diferenciadas que priorizem a interação, a ludicidade e a experimentação prática, para a ampliação e aprofundamento dos conhecimentos escolares.

6.19 Elaborar currículos escolares para a educação integral, prevendo por meio de eixos, programas, práticas específicas entre outros o contraturno num trabalho que congregue, amplie e aprofunde os conhecimentos escolares dos componentes curriculares do turno na concepção da formação humana integral. (CURITIBA, 2015, não p.).

Essas estratégias, como um todo, constroem juntas os fundamentos legais para a aplicação da Educação em Tempo Integral do município. Orientando as

políticas educacionais voltadas a esta meta, que passarão pelos 10 anos subsequentes a sua vigência, direcionando os investimentos necessários para alcançar todas as metas, através de suas estratégias. Todavia, seguindo a norma da Lei os ganhos para educação municipal são plausíveis e podem gerar melhorias na qualidade da Educação em Tempo Integral, além de servir de parâmetro para outros municípios. Afinal, Curitiba contribui também com a educação nacional, e vice-versa, dentro das estratégias. Vale ressaltar a preocupação em não regredir socialmente em nenhuma política vigente presente no texto da Lei:

6.20 Ampliar os recursos destinados à educação no orçamento do município, por meio do regime de colaboração de forma a garantir maior aporte de recursos para educação integral, respeitando o princípio da proibição do retrocesso social quanto às políticas já ofertadas para o período integral pelo ente federado, sem prejuízos daquelas ofertadas por meio de recursos de origem externa. (CURITIBA, 2015, não p.)

É possível observar que por ser de âmbito municipal o PME é bem mais abrangente e específico, com estratégias mais elaboradas a fim de atingir o mesmo objetivo final no que tange a meta seis, em comparação com o PNE. Além disso, Curitiba também participa do Programa Novo Mais Educação, iniciativa do Governo Federal, instituída pela Portaria nº 1.144 de 10 de outubro de 2016.

O Programa Novo Mais Educação visa a ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes, mediante a complementação da carga horária de cinco ou quinze horas semanais no turno e contraturno escolar que deverá ser implementado por meio da realização de acompanhamento pedagógico em língua portuguesa e matemática e do desenvolvimento de atividades no campo das artes, cultura, esporte e lazer. (BRASIL, 2016, não p.)

Essa ampliação da jornada escolar procura melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), através de atividades complementares que ocorrem no contraturno escolar. As escolas que ofertarem 5 horas de atividades complementares precisam dividir em atividades pedagógicas voltadas para o ensino de Língua Portuguesa e de Matemática, já as que ofertarem 15 horas, além das duas matérias já citadas ainda contam com 7 horas para ofertar atividades relacionadas ao campo das Artes, Cultura, Esporte e Lazer, de acordo com a escolha da escola. As escolas que ofertam 15 horas de atividades complementares são consideradas escolas em tempo integral, pois cumprem a carga horária de 7 horas diárias em cinco dias da semana. O Programa Novo Mais

Educação com sua assistência financeira, contribui de maneira significativa para atingir a meta seis do PNE, pois favorece a melhora na estrutura geral das escolas beneficiadas.

É possível observar aqui também a utilização da estratégia 6.2 do PME “Incentivar a adesão e a participação nos programas ofertados pelo governo federal com a gradativa ampliação das unidades educacionais participantes”, quando segundo Curitiba (2016j) 103 escolas aderiram ao programa, um número muito expressivo. Dessa forma, compreende-se que as políticas públicas Federais e Municipais andam alinhadas, buscando aumentar o número de matrículas e o de escolas em tempo integral nos próximos anos.

Apesar de a atual legislação apontar estratégias para a expansão da Educação em Tempo Integral, Curitiba tem uma ideia muito concreta de como alcançar a sexta meta, pois tem investido e avançado estruturalmente e metodologicamente há pelo menos três décadas. Desde a criação da Secretaria Municipal da Educação, em 1984, existe uma continuidade no trabalho com a estruturação e a implementação da Educação em Tempo Integral no município. Fazendo que a atual política educacional não seja algo tão novo, mas resultado de várias tentativas de alcançar a integralidade na educação.

3 EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NO MUNICÍPIO DE CURITIBA

3.1 DIRETRIZES MUNICIPAIS DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

A Educação em Tempo Integral está organizada no município de Curitiba pela Secretaria Municipal da Educação. Como retrata o Currículo do Ensino Fundamental (2016d), o principal objetivo da ampliação da carga horária é de aprofundar, oportunizar e especializar o trabalho com os conhecimentos escolares, tais como a humanização dos conteúdos, através de metodologias que atinjam integralmente o aluno em seu desenvolvimento global, equalizando, oportunizando e diversificando os percursos e estratégias didáticas.

Dentro da Rede Municipal de Ensino de Curitiba a escola que funciona em tempo integral se difere das demais por conter em seu Projeto Político Pedagógico uma rotina de nove horas diárias, essa ampliação da carga horária visa desenvolver metodologias diferenciadas que considerem o desenvolvimento global do estudante (CURITIBA, 2016d). Dentro dessas nove horas, além das disciplinas curriculares, os alunos contam com diversas Práticas Educativas, que visam aprofundar os conhecimentos relacionados à leitura e escrita, à arte, ao esporte, ao lazer, à cultura, à educação ambiental.

Na educação em tempo integral concebemos o termo prática enquanto organização “didático/pedagógica” que tem como objetivo fundamental qualificar estratégias relacionadas ao experimentar, testar, manipular, construir, montar, entre outros, por meio da interação entre os sujeitos, os espaços, os tempos e os recursos, para ressignificar os conhecimentos escolares. (CURITIBA, 2016d, p. 24)

Essas Práticas Educativas estão divididas em: Práticas de Acompanhamento Pedagógico; Práticas Artísticas; Práticas do Movimento e Iniciação Esportiva; Práticas de Educação Ambiental e Práticas de Ciência e Tecnologias. Todas elas trabalham de maneira específica os conteúdos voltados às práticas, o que exige a especialização do profissional responsável, através de cursos e formações ofertadas pela própria SME. Para isso, existe uma organização para a permanência dos professores, voltada a essas Práticas e de como se dará a utilização do tempo e dos espaços escolares (CURITIBA, 2016d).

O Currículo do Ensino Fundamental (2016d) propõe que para definir a temática a ser trabalhada nessas Práticas Educativas, é preciso levar em consideração os espaços e materiais existentes na unidade escolar, os conhecimentos docentes específicos, avaliações de aprendizagem escolar, ou seja, a realidade escolar do Centro de Educação Integral, no qual serão desenvolvidas as práticas.

O trabalho realizado dentro das Práticas Educativas, se desenvolve através de oficinas de aprendizagem, cada uma com sua especificidade. Está previsto no Currículo de Curitiba que oficina é uma metodologia utilizada para a construção coletiva do conhecimento.

O trabalho com a oficina possui caráter exploratório, o que permite aos (às) educandos (as) interagirem, compartilharem e vivenciarem situações de aprendizagem, por meio da sensibilização, reflexão e análise (CURITIBA, 2016d, p. 10).

Esse trabalho permite aprofundar os conteúdos propostos pelos componentes curriculares, criando através da Educação em Tempo Integral uma ampliação das possibilidades formativas, contribuindo para uma formação escolar mais completa que a do ensino parcial, por meio da ampliação da carga horária.

Segundo o caderno “Subsídios para a Organização das Práticas Educativas em Oficinas nas Unidades Escolares com Oferta de Educação em Tempo Integral” (CURITIBA, 2016k) a intencionalidade do trabalho educativo desenvolvido em cada Prática Educativa precisa considerar a importância da ludicidade em seu encaminhamento metodológico. Para isso é proposto que se observem os objetivos propostos nos Ciclos I e II do Currículo do Ensino Fundamental, trabalhando propostas que contemplem

o caráter lúdico da aprendizagem em cada fase do desenvolvimento infantil, traduzindo o conhecimento ao nível de compreensão do estudante, por meio de brincadeiras, desafios, situações-problemas, jogos, músicas, histórias, brinquedos, construções, entre outros. (CURITIBA, 2016k, p. 14).

Esse caderno que subsidia as Práticas Educativas deixa bem clara a importância metodológica do lúdico, que é visto como central e fundamental para o trabalho das oficinas.

Trabalhar com a **ludicidade** no processo de ensino é planejar o trabalho educativo fugindo da “hiperescolarização”, sem apresentar **mais do mesmo**, a partir dos mesmos **objetivos educacionais**, efetivando a integração entre **turno e contraturno** e superando a dicotomia dos **tempos e espaços**. (CURITIBA, 2016k, p. 14, grifos do autor).

Essa proposta de integração entre o turno e o contraturno, através de vivências lúdicas que buscam o desenvolvimento integral dos alunos em sua infância dentro da escola, ou nos espaços utilizados pela escola para educar, demonstra um amadurecimento da Educação em Tempo Integral do município, que ao longo últimas das três décadas teve diferentes políticas, que se modelaram e foram essenciais para a construção dos subsídios atuais para a ampliação da carga horária.

Historicamente Curitiba conta com a Educação em Tempo Integral há muito tempo, precisamente desde 1987 com a Escola de Tempo Integral Antônio Pietruza, primeira escola a funcionar em período integral, até os atuais Centros de Educação Integral, as Unidades de Educação Integral, Escolas Municipais Integrais e Escolas Municipais com oferta de tempo integral. E cresceu o número de unidades principalmente nos últimos 15 anos.

3.2 MAPA DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

A Educação em Tempo Integral tem suas raízes no bairro Portão, onde em 1963, através do Decreto nº 1273, foi criado o Grupo Escolar “Papa João XXIII”, que se tornou a primeira escola mantida pelo município em seu território. Dois anos mais tarde, pelo decreto nº 907, se transformou em Centro Experimental.

O centro tinha como objetivo realizar educação integral aos alunos e a seus familiares, com princípios libertários, solidários, democráticos e cristãos, servindo como um instrumento de aperfeiçoamento do desenvolvimento humano e, por consequência, da comunidade. [...] Além disso, a Biblioteca Comunitária e a Unidade Sanitária ofertavam aos estudantes e à comunidade em geral atividades em contraturno. O Centro foi pioneiro por atender e preocupar-se com as necessidades da comunidade. (CURITIBA, 2016a, p. 23)

O Centro Experimental Papa João XXIII mostra o pioneirismo de Curitiba, que já naquela época pensava no contraturno escolar e na integração entre escola e comunidade. Vinte e um anos se passaram desde a criação do Centro Experimental

até que voltou a se discutir sobre Educação em Tempo Integral, foi em 1986 com a criação do projeto “Educação Integrada em Período Integral”, “segundo o qual as escolas seriam locais de ensino em que a educação teria mais tempo para desenvolver-se, estendendo-se por dois períodos completos.” (CURITIBA, 2016a).

Nasceram assim as Escolas de Tempo Integral (ETIs), a primeira delas no Bairro Tatuquara, foi a escola Antônio Pietruza. Além dela, outras sete foram criadas no mesmo período: a escola Adriano Gustavo Carlos Robine, no Fazendinha; a escola Belmiro César, no Fanny; a escola Jornalista Cláudio Abramo, no Capão Raso; a escola do Expedicionário, no Novo Mundo; a escola Erasmo Pilotto, no Atuba; e as escolas José Lamartine de Oliveira Lyrae e Francisco Frischmann, ambas no Pinheirinho.

A partir dos anos 1990, surgiu a ideia de construir prédios anexos de três andares, que possibilitassem um aumento da carga horária de quatro para oito horas por dia. Dessa forma, em 1991, foi inaugurado o primeiro anexo, na Escola Doutel de Andrade, no bairro Boa Vista, com um novo projeto arquitetônico, o qual acabou se tornando o modelo padrão (CURITIBA, 2016a). Essa escola serviu como base para a proposta pedagógica que foi anunciada no ano seguinte a inauguração. A proposta foi:

fruto da experiência do primeiro centro, de discussões da rede com consultores da educação integral e especialistas da UFPR, sob a supervisão da Coordenadoria Especial de Implantação dos CEIs e aprovada pelo Conselho Estadual de Educação do Paraná. Seu objetivo era possibilitar ao aluno o acesso ao conhecimento científico-filosófico socialmente produzido e historicamente acumulado, estruturado no Currículo Básico. A ideia era dividir o dia em dois períodos, em formatos diferenciados. No primeiro, o aluno conheceria a educação formal e, no período contrário, no prédio anexo, teria contato com: a cultura popular (1º piso), a cultura artística (2º piso), a cultura das mídias, a cultura ambiental e a biblioteca (3º piso). No laboratório da informática, que ficava fora do anexo nas dependências reformadas da escola, o aluno teria contato com a cultura da informática. (CURITIBA, 2016a, p.25)

A proposta dos CEIs foi um grande desafio, como mostra Curitiba (2016a), por se tratar de um projeto inovador, com uma mobília diferente e novos equipamentos, transformando escolas que atendiam em períodos parciais em Centros de Educação Integral. E o projeto se desenvolveu rápido, a ponto de que no final de 1992 já existiam 29 escolas que passaram a atender em período de tempo integral todos os alunos matriculados, segundo o mesmo documento.

Em paralelo com a implementação dos CEIs, em 1991 é criado o Programa de Integração Social da Criança e do Adolescente (PIÁ), “que tinha como objetivo a oferta de atividades esportivas e culturais às crianças e adolescentes, em 29 unidades espalhadas pela cidade (CURITIBA, 2016a, p.28)”. A Secretaria Municipal do Meio Ambiente também realizava um trabalho parecido, chamado Piá Ambiental com o objetivo de:

retirar as crianças de bolsões de pobreza da época, do convívio com depósitos de resíduos e esgoto a céu aberto, melhorando condições de saúde e afastando-as da marginalidade precoce. A faixa etária atendida variava entre 4 e 12 anos. Recebiam alimentação, praticavam atividades educativas e recreativas, além de receberem informações ambientais sobre saúde pública, higiene pessoal e cuidados com a preservação e conservação da flora e fauna local (CURITIBA, 2016a, p.28)

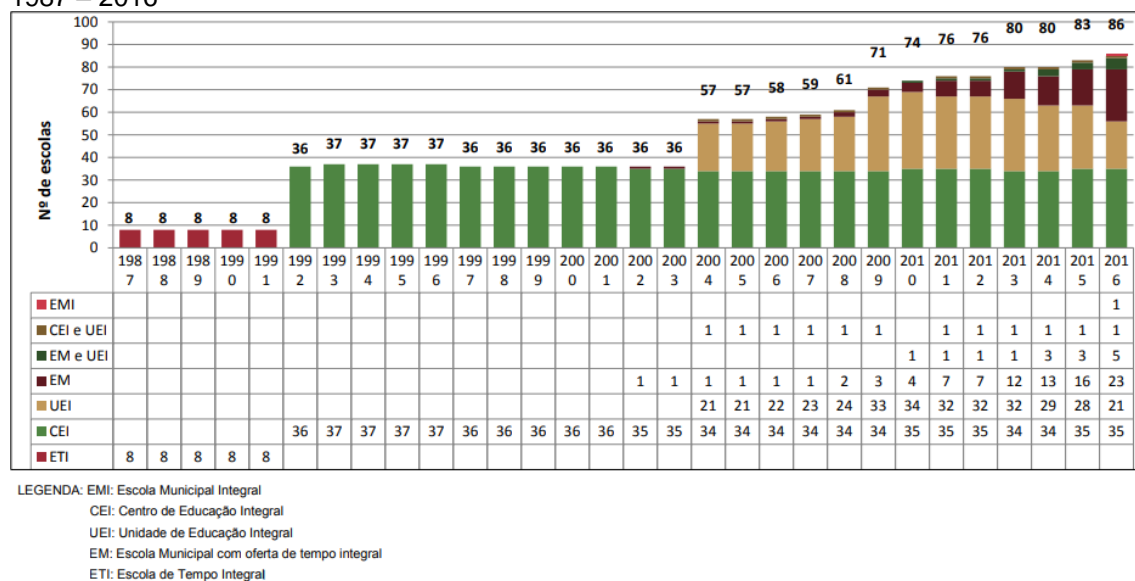
Foram ao todo 34 unidades do Piá Ambiental, que funcionaram até o ano de 2003. No último ano o programa atendia 2861 crianças, mas não existia um projeto arquitetônico como os CEIs, algumas das vezes também eram utilizadas pelo projeto associação de moradores ou até mesmo casas. A partir de 2003 o Piá Ambiental passou a ser organizado pela SME, recebendo o nome de Espaços de Contraturno Socioambiental (ECOS), com uma proposta de trabalho desenvolvida pela Universidade Livre do Meio Ambiente, unindo as questões ambientais às pedagógicas, tirando o foco assistencialista do projeto. Essa experiência com crianças entre 6 e 12 anos de idade procurou melhorar a alimentação para essas crianças e pensou também a “qualificação profissional dos educadores e uma proposta político pedagógica com foco em ações socioambientais que incluíam oficinas de movimento, de brinquedo, ensino da arte e de trabalho pedagógico.” (CURITIBA, 2016a, p.29).

Dessa forma foi se estruturando uma ideia de contraturno, que já vinha sendo desenvolvida dentro da proposta dos CEIs, mas atendendo uma demanda diferente de crianças, localizadas em regiões de maior vulnerabilidade social. Após treze anos atuando no contraturno escolar e sendo administrada pela SMMA, a proposta ganhou um olhar mais pedagógico quando passou para a SME, sem deixar de lado as questões socioambientais presentes nas localidades onde o projeto funcionava (CURITIBA, 2016a). Mas os ECOS, assim como o Piá e Piá Ambiental, não tiveram vida longa e acabaram extintos. Isso porque quando a Secretaria da Criança foi extinta, em 2003, passando para a SME, desde então as unidades dos programas

extintos passaram a ser vinculadas as escolas mais próximas. Isso ocorreu primeiro em 2004 com o projeto Piá, surgindo assim as Unidades de Educação Integral (UEIs), que também passaram a atender os estudantes em período de tempo integral, como está apresentado no mesmo documento.

Dessa forma, a partir dessas informações é possível compreender a Educação em Tempo Integral de Curitiba em etapas, desde as Escolas de Tempo Integral, passando pela proposta dos Centros de Educação Integral, e contando com as Unidades de Educação Integral. Além dessas, existem outras propostas de ampliação da carga horária de formas menos abrangentes, mas que no final das contas também são escolas com oferta de tempo integral segundo Curitiba (2016a).

Figura 1 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ESCOLAS MUNICIPAIS COM OFERTA DE TEMPO INTEGRAL NO ENSINO FUNDAMENTAL, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, EM CURITIBA - 1987 – 2016



FONTE: SME/Coordenadoria Técnica de Estrutura e Funcionamento de Ensino (CTEFE) - Decreto nº 421/2004 - LEIS.MUNICIPAIS.com.br - Resolução nº 02/2010 - Decreto nº 1551/2013; SME/Departamento de Ensino Fundamental (DEF) - Gerência de Educação Integral e Depto. de Planejamento e Informações/ Sistema de Gestão Educacional (GED) ELABORAÇÃO: SME/Departamento de Planejamento e Informações

Na Figura 1 é possível observar o crescimento do número de escolas em período de tempo integral desde 1987 até 2016. De forma que fica clara a consequência das políticas educacionais criadas, como a criação das Escolas de Tempo Integral em 1986 e sua ampliação no ano seguinte, mas que se dissolveram e se transformaram em CEIs ou voltaram atender período parcial. Também vale ressaltar que os projetos dos Centros de Educação Integral foram um grande avanço em 1992, e que de certa forma tem resultados até hoje. As Unidades de

Educação Integral, que vieram dos projetos Piá e ECOS, também foram fundamentais para aumentar a carga horária em um número maior de escolas.

Outro aspecto importante, além do número de escolas em período de tempo integral, é compreender onde essas unidades funcionam. Curitiba (2016a) mostra a relação de unidades escolares² com oferta de tempo integral, separando por regionais:

- A Regional do Bairro Novo conta com um CEI, um CEI e UEI, além de cinco Escolas Municipais com oferta de tempo integral;
- A Regional do Boqueirão conta com cinco CEIs, duas UEIs, além de duas Escolas Municipais com oferta de tempo integral;
- A Regional do Boa Vista conta com oito CEIs, cinco UEIs, além de uma Escola Municipal com oferta de tempo integral;
- A Regional do CIC conta com cinco CEIS, sete UEIs, seis Escolas Municipais com oferta de tempo integral, além de uma com UEI;
- A Regional do Cajuru conta com três CEIs, oito UEIs, além de três Escolas Municipais com oferta de tempo integral;
- A Regional Matriz conta somente com uma Escola Municipal Integral;
- A Regional do Pinheirinho conta com seis CEIs e duas UEIs;
- A Regional do Portão conta com dois CEIs, além de uma Escola Municipal com oferta de tempo integral;
- A Regional de Santa Felicidade conta com quatro CEIs, três UEIs, além de uma Escola Municipal com oferta de tempo integral;
- A Regional do Tatuquara conta com um CEI, uma UEIs, além de duas Escolas Municipais com oferta de tempo integral.

É interessante perceber que a grande maioria das escolas que ofertam em Educação em Tempo Integral não se encontra no centro do município. Mas sim estão espalhadas pelas regiões periféricas da cidade, algo que aponta isso também está no número de escolas por regionais, em que a Regional Matriz, que conta com escola nos bairros do Alto da Glória, Batel, Bom Retiro, Cabral, Hugo Lange e Prado

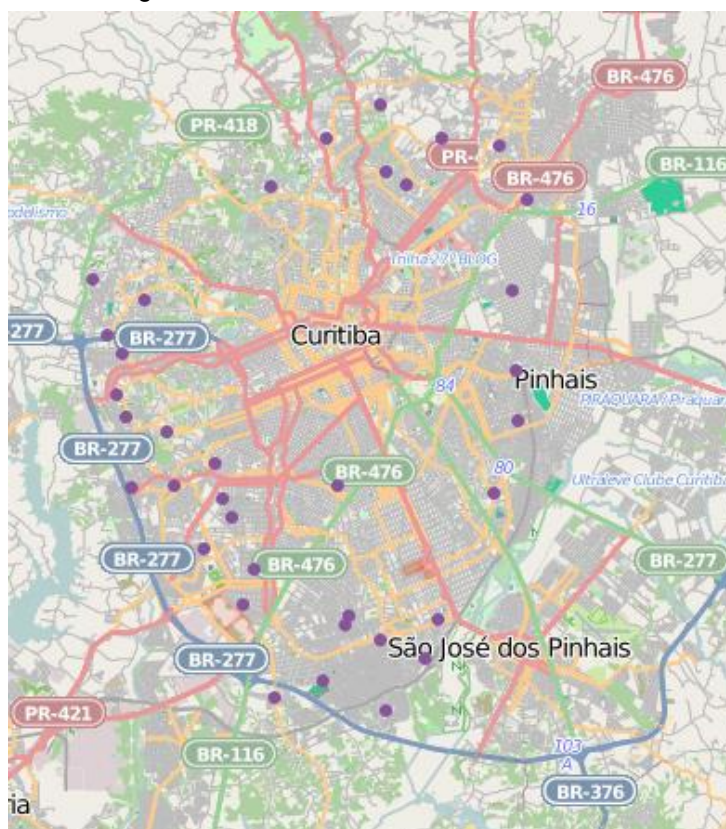
² Segue no anexo 2 a relação das unidades escolares com oferta de tempo integral em 2016

Velho (todos bairros da região central da cidade) só conta uma escola da rede municipal com oferta de tempo integral.

A Figura 2 apresenta como os CEIs estão localizados geograficamente ao longo da periferia no mapa do município. Desde as ETIs, que também não ficavam na zona central da cidade, até as unidades atuais de CEIs, UEIs, EM e EMI, a grande maioria se concentra nos bairros e não no centro.

Alguns questionamentos e hipóteses são gerados a partir disso. Pois se o objetivo de ampliar a carga horária é de educar o aluno de maneira global, por que a criação das unidades não é feita de maneira uniforme ao longo de toda a cidade? Uma das hipóteses que podem ser levantadas é de que em regiões mais afastadas do centro existe uma necessidade maior da oferta de vagas em tempo integral, devido à demanda da região por conta de certa vulnerabilidade social existente. Algo que retrata isso são as unidades ECOS, que vieram do programa Piá Ambiental, que tinha um objetivo claro de retirar crianças dos bolsões de pobreza, funcionando com uma espécie de contraturno que buscava afastá-las da marginalidade precoce.

Figura 2 – MAPA DOS CEIS DE CURITIBA

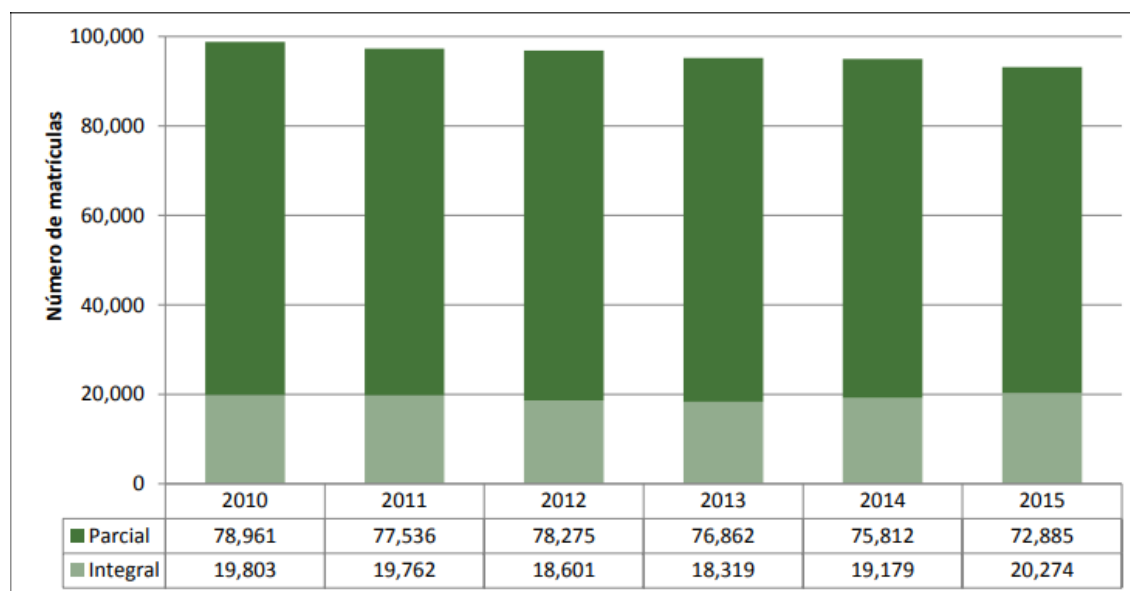


Fonte: SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE CURITIBA

Outra hipótese para explicar a periferização da Educação em Tempo Integral na Rede Municipal de Ensino de Curitiba é de que a demanda por atender nessa modalidade, se deva à classe trabalhadora presente nessas regiões, que muitas vezes precisa deixar os filhos 9 horas nas escolas, pois os pais trabalham fora o dia todo, com isso a procura por vagas por esse público é maior. Entretanto, é preciso levar em conta que existem públicos bem variados que procuram as escolas que ofertam vaga em período de tempo integral, por isso, não é possível concluir que apenas uma hipótese esteja correta, mas que essas e várias outras hipóteses podem ser levantadas.

Apesar de ser descentralizada, a Educação em Tempo Integral de Curitiba mostrou um crescimento no período entre 2010 e 2015, de forma que segundo o Senso Escolar 2016 (BRASIL, 2017), Curitiba atingiu em 2015 a marca de 21.8% das matrículas em período de tempo integral, contra os 20.1% registrados cinco anos antes. Esse crescimento é mostrado na Figura 3:

Figura 3 – NÚMERO DE MATRÍCULAS DO ENSINO FUNDAMENTAL, POR TEMPO DE ATENDIMENTO (PARCIAL/INTEGRAL), NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, EM CURITIBA - 2010 – 2015



FONTE: MEC/INEP - Censo da Educação Básica 2010 a 2015

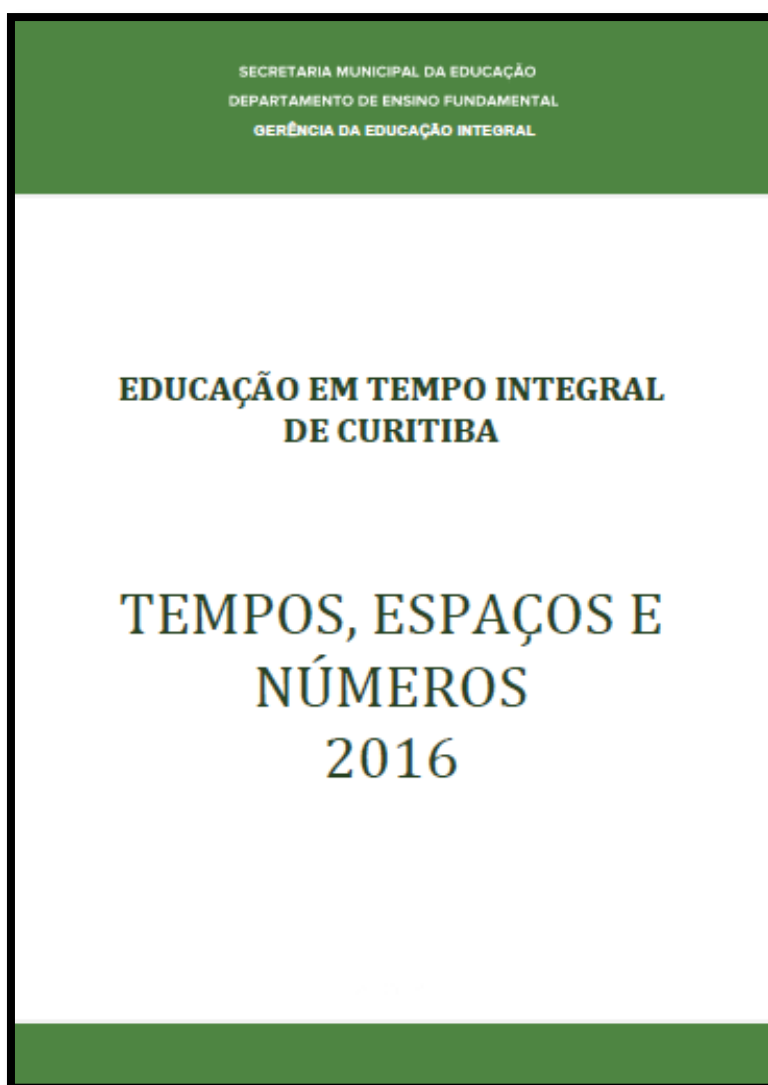
ELABORAÇÃO: SME/Departamento de Planejamento e Informações

No período registrado, no ano de 2015 é a primeira vez que as matrículas na Educação em Tempo Integral superam a marca de vinte mil alunos matriculados. Um número significativo e que serve de parâmetro para atingir as metas do PME,

que buscam 25% dos alunos matriculados estejam nessa modalidade. Além disso, são necessárias que 93 escolas ofertem vagas em tempo integral, para atingir o índice mínimo de 50% proposto pela meta seis do plano.

A SME possui cadernos que fundamentam a Educação em Tempo Integral como um todo, de forma a organizar os aspectos históricos, as políticas educacionais e os subsídios para as práticas educativas, entre outros aspectos. Esses cadernos foram elaborados pela Gerência da Educação Integral, que está estabelecida no Departamento de Ensino Fundamental, e que é a responsável no município por coordenar essa modalidade de ensino. O caderno “Educação em Tempo Integral de Curitiba: Tempos, Espaços e Números” (CURITIBA, 2016a) é responsável por uma série de informações contidas nesse e nos demais capítulos, falando principalmente dos tempos, números e espaços.

Figura 4 – CAPA DO CADERNO EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL DE CURITIBA TEMPOS, ESPAÇOS E NÚMEROS (2016)



FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

4 AS PRÁTICAS DE MOVIMENTO E DE INICIAÇÃO ESPORTIVA

4.1 COMO ESTÃO PLANEJADAS ESSAS PRÁTICAS

O caderno de Subsídios para a Organização das Práticas Educativas em Oficinas nas Unidades Escolares com Oferta de Educação em Tempo Integral (CURITIBA, 2016k) propõe que o planejamento das oficinas se baseie na realidade escolar existente. Questões particulares de cada unidade que estão previstas, como: o número de estudantes e de docentes, que precisam estar adequados para o bom funcionamento das oficinas; a formação inicial e continuada e a experiência dos docentes, que precisam continuar se atualizando através dos cursos ofertados pela SME; Necessidades definidas no PPP, os espaços e as condições da unidade escolar, que precisam ser respeitados e adequados às oficinas.

Respeitando as diferentes realidades, as Práticas Educativas possuem um passo a passo que direciona como podem ser trabalhados os conteúdos. Os cinco passos propostos pelo caderno de Subsídios começam pela **Sensibilização**, em que ocorre a acolhida dos educandos, a interação entre o professor e a turma e são estabelecidas as primeiras regras. O segundo passo é a **Tematização da oficina**, nesta etapa é necessário verificar os conhecimentos prévios a partir de conversas, para que ocorra um planejamento compartilhado com os alunos. O terceiro é a **Prática**, a partir daí podem ocorrer experimentos, vivências, brincadeiras, interação e manipulação de objetos, sem deixar de esquecer o caráter lúdico das oficinas. Em seguida vêm a **Mediação** e a **Contextualização**, como quarto e quinto passos respectivamente, a partir daí os conhecimentos se aprofundam e podem surgir uma construção e ampliação do conhecimento, é nesta última etapa que o professor avalia a oficina trabalhada.

Para as Práticas de Movimento e de Iniciação Esportiva o caderno aponta que ocorra o pareamento dos conteúdos de Educação Física presentes no Currículo do Ensino Fundamental (CURITIBA, 2016d; 2016e). Dessa forma as oficinas podem aprofundar no contraturno, aqueles conteúdos que devem ser trabalhados no período regular, de acordo com seus objetivos das oficinas, que podem ser mensais, bimestrais, trimestrais, semestrais ou anuais.

O processo de pareamento na construção do planejamento das oficinas, significa o ato de buscar relações entre os conteúdos dos Componentes Curriculares e as Práticas Educativas do Currículo do Ensino Fundamental, dentro de uma mesma Área do Conhecimento. Ampliando as possibilidades de diversificar e qualificar o trabalho no tempo ampliado. (CURITIBA, 2016k, p. 16)

Figura 5 – CAPA DO CADERNO ORGANIZAÇÃO DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS EM OFICINAS NAS UNIDADES ESCOLARES COM OFERTA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL (2016)



FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

A relação entre as Práticas de Movimento e de Iniciação Esportiva e a Educação Física é de colaboração, pois nenhuma substitui a outra e sim uma complementa a outra, aproveitando a “carga horária extra”. Porém, as oficinas são de certa forma uma construção que dependem mais dos conhecimentos docentes, aliado aos diferentes contextos de escola que existem em Curitiba. Olhando para

esses aspectos e diferentes possibilidades, foram criados diferentes cadernos e sugestões de oficinas para a Prática Educativa em questão.

4.1.1 Os cadernos das Práticas de Movimento e de Iniciação Esportiva

Quando falamos das Práticas de Movimento e de Iniciação Esportiva, existem materiais específicos que funcionam como um aporte teórico para o desenvolvimento das oficinas. Dentro de cinco cadernos estão contempladas diferentes possibilidades que podem ser exploradas pelos professores da rede. Além destas, ainda é possível a realização de trabalhos com outras práticas.

A SME disponibiliza um caderno específico para tratar da prática do xadrez dentro das escolas da Rede, esse caderno se chama “Práticas de Xadrez na Educação Integral” e nele está contida uma série de orientações para o desenvolvimento de oficinas a respeito da temática do xadrez.

O caderno aponta a dimensão pedagógica do jogo, mostrando sua importância para a aprendizagem e cidadania, que o raciocínio proporciona. Além disso, aspectos como autoestima, e motivação também podem ser trabalhados e, segundo o caderno, “O jogo desempenha um importante papel socializante, por ensinar a lidar com a derrota e com a vitória, mostrando que a derrota não é sinônimo de fracasso, nem a vitória é sinônimo de sucesso.” (CURITIBA, [2016i] p. 10)

Através do caderno os professores encontram direcionamentos e metodologias, que procuram facilitar a aplicação das oficinas de xadrez. Além de sugestões pautadas em práticas anteriores, que procuram dar um suporte para a Iniciação Esportiva ao xadrez, na teoria e também na prática, utilizando diferentes possibilidades, como o uso de recursos multimídia, jogos de computação, que podem ser realizados durante as oficinas. O presente caderno apresenta nove sugestões para as oficinas, além de livros que podem servir de base para as práticas.

Figura 6 – CAPA DO CADERNO PRÁTICAS DE XADREZ NA EDUCAÇÃO INTEGRAL



FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Além do xadrez, o Badminton também está presente por meio do caderno “Práticas de Badminton na Educação Integral”, que assim como o anterior traz orientações para a aplicação das oficinas, que nesse caso são de Badminton.

O caderno apresenta os aspectos históricos da modalidade, as regras e técnicas do esporte de um ponto de vista escolar. Nas primeiras orientações já apresenta ideias de como trabalhar a peteca e a construção e experimentação dos materiais pelos alunos. Mostrando uma sequência didática para a realização da oficina de Badminton, que parte pra dimensão motora, apontando ao professor como trabalhar também as questões motoras relacionadas ao esporte.

Essa oficina de Iniciação Esportiva se apresenta de maneira muito ampla, podendo ser trabalhada desde a confecção de materiais pelos alunos, até as

técnicas do esporte, aprofundando os conteúdos relacionados com a prática. O professor pode trazer diferentes reflexões para suas oficinas a respeito dessa modalidade e da comparação com os demais esportes. O caderno se torna um grande auxílio para o desenvolvimento e planejamento das oficinas, apresentando um conteúdo que pode ser ampliado pelos professores.

Figura 7 – CAPA DO CADERNO PRÁTICAS DE BADMINTON NA EDUCAÇÃO INTEGRAL



FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

As oficinas dependem do planejamento dos professores em conjunto com a organização da escola, outro caderno que auxilia o desenvolvimento e planejamento das práticas é o “Corrida de Orientação na Educação Integral”.

O presente caderno apresenta ao leitor a definição e os conceitos que envolvem a corrida de orientação. Após essa introdução, o caderno aponta os encaminhamentos metodológicos e objetivos das oficinas voltadas a esse esporte.

Em seguida apresenta uma sequência didática dos conteúdos, começando pela preparação geográfica, que ajuda o estudante a ter um primeiro contato com mapas, plantas e maquetes. Começando sempre do mais simples, como a planta ou a maquete da sala de aula, e ampliando para o mais complexo, como o mapa da escola, com legendas, prismas, cartão de controle e afins. De forma que o aluno aprenda também a utilizar uma bússola, progredindo para começar a entender a complexidade deste esporte, através de atividades lúdicas, como caça ao tesouro, que vão auxiliando na progressão pedagógica.

Figura 8 – CAPA DO CADERNO CORRIDA DE ORIENTAÇÃO NA EDUCAÇÃO INTEGRAL



FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

A corrida de orientação pode ser um aliado muito importante dos professores das Práticas de Movimento e de Iniciação Esportiva, pois trabalha muitos aspectos cognitivos e motores em suas práticas e construções. O caderno termina com a Ampliação do território educativo, apresentando locais da cidade que podem ser visitados pela escola, pois contam com Pista Permanente de Orientação *Sprint*, como o Campus da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Além disso, dois livros estão indicados para os professores que queiram se aprofundar na temática.

Os cadernos orientadores das práticas educativas fogem dos esportes tradicionais, como futebol, voleibol, basquetebol e handebol, proporcionando assim a prática de esportes que muitas vezes não chegam aos alunos por outros meios que não a escola. Além do mais, não deixam de levar em conta o caráter lúdico das oficinas, evitando um enfoque voltado somente para a competição na iniciação esportiva.

O Judô, arte marcial japonesa, também está contemplado no caderno “Práticas de Judô na Educação Integral”, que trabalha o eixo das lutas na iniciação esportiva. O caderno apresenta os aspectos históricos dessa arte marcial, que é praticada como esporte, e suas origens culturais e folclóricas. Apresentando como parte lúdica a Lenda da Cerejeira e do Salgueiro, que conta que:

Perto de Nagasaki vivia um médico filósofo chamado Shirobei-Akyama, que estava convencido que a origem dos males humanos resultava da má utilização do corpo e do espírito. Quando passeava no jardim do templo, numa manhã em que nevava, escutando o estalido dos ramos de cerejeira que quebravam sob o peso da neve, de súbito, avistou um salgueiro na margem do ribeiro cujos ramos se curvavam sob o peso da neve, mas o tronco flexível logo se desembaraçava do seu fardo, retomando a posição inicial. A solução surgiu-lhe como um relâmpago. Ao positivo devia opor-se o seu complemento – o negativo. À força devia opor-se a flexibilidade. O conto dessa lenda é uma das possibilidades presentes no caderno para o professor iniciar sua oficina. (CURITIBA, [2016h] p.9)

Figura 9 – CAPA DO CADERNO PRÁTICAS DE JUDÔ NA EDUCAÇÃO INTEGRAL



FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

O caderno aponta os encaminhamentos para a oficina de Judô, levando em conta o foco, a disciplina, as habilidades e técnicas da prática, mas principalmente a filosofia do Judô. A iniciação ao Judô divide pelos fundamentos técnicos o trabalho de progressão pedagógica, auxiliando o professor que não tenha tido contato anteriormente com esta temática. Começando pela saudação, demonstrando o respeito pelo local, o dojo, e pelo oponente, partindo daí para as quedas e rolamentos, que são aspectos básicos e fundamentais para quem nunca teve experiência com o esporte. A oficina é focada a partir daí no desequilíbrio, pegadas e chegando até a imobilização, mas sem deixar de lado a ludicidade presente em atividades que podem ser trabalhadas ao longo das oficinas. O caderno conta com um capítulo somente com sugestões de atividades lúdicas, trazendo diversas possibilidades aos professores para utilizarem o conteúdo, além de que as

propostas contam com imagens que ilustram bem a maneira como as atividades são feitas, de modo a contribuir ainda mais para a execução das mesmas.

Os cadernos, apesar de abordarem temáticas diferentes, trabalham conjuntamente a partir de encaminhamentos que pensam em adequar as diversas variações das práticas ao espaço, tempo, recursos disponíveis, número de alunos, entre outras variáveis que são encontradas nas diferentes escolas, compreendendo a importância social do aprofundamento dos conteúdos da Educação Física que são aprofundados na Educação em Tempo Integral.

O quinto e último caderno voltado especificamente para a Prática de Movimento e de Iniciação Esportiva é o “Práticas Circenses Na Educação Integral”. Este trabalha o circo e suas manifestações como conteúdo do contraturno das escolas em tempo integral, introduzindo brevemente ao leitor seus aspectos históricos e relações com o contexto escolar, que justificam sua importância dentro da escola.

O caderno divide os encaminhamentos metodológicos através de módulos, que contemplam uma progressão didática apresentando o conteúdo como uma descoberta e partindo para as manipulações, equilíbrios e acrobacias. Cada módulo destes contribui com sugestões de atividades a serem desenvolvidas, de modo que as oficinas podem seguir a sequência apontada pelo caderno, adequando de acordo com as necessidades. Ademais, também são trabalhados jogos de interpretação e encenações, baseadas no circo, mas abusando da criatividade dos alunos. Ao final o caderno aponta sites e recursos para os professores explorarem ainda mais o conteúdo do circo.

Tanto o Circo, quanto o Judô, o Xadrez, o Badminton e a Corrida de Orientação são conteúdos que podem ser trabalhados na Educação Física no ensino regular, tanto que estão presentes no currículo, mas que encontram espaço na Educação em Tempo Integral como conteúdos a serem aprofundados, conjuntamente com o trabalho desenvolvido no período regular. Dessa forma os professores das Práticas de Movimento e de Iniciação Esportiva contam com esses, e com outras diversas possibilidades para desenvolverem suas oficinas na Educação em Tempo Integral de Curitiba.

Figura 10 – CAPA DO CADERNO PRÁTICAS CIRCENSES NA EDUCAÇÃO INTEGRAL



FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

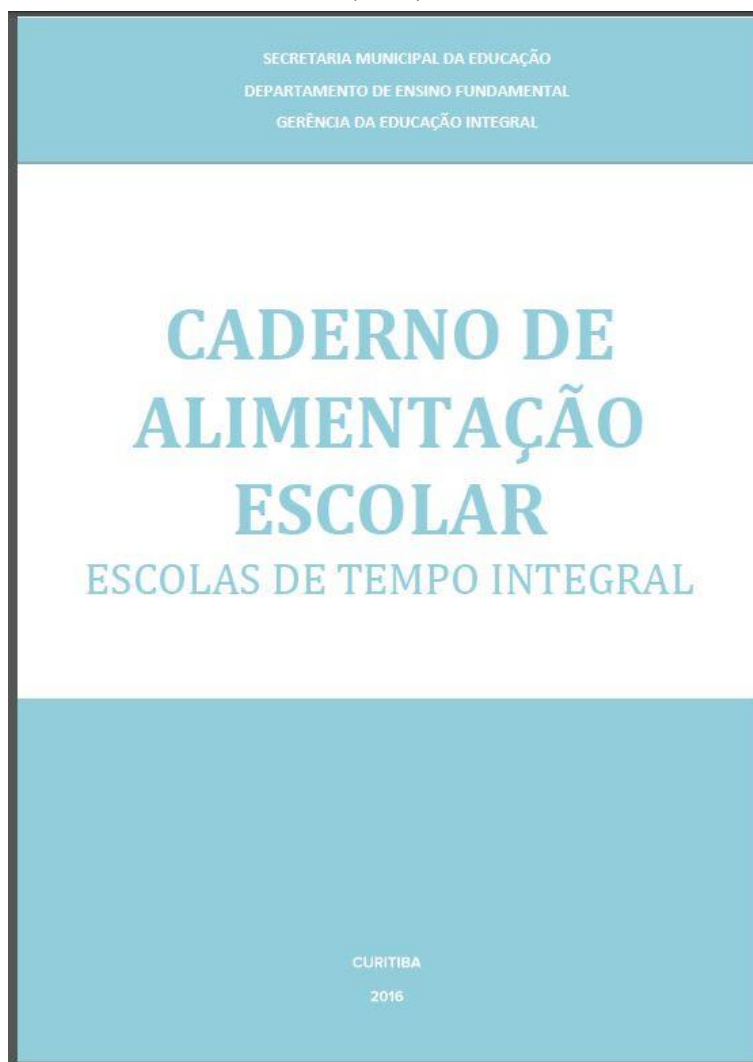
4.1.2 A Alimentação na Educação em Tempo Integral

O aumento do tempo escolar também gera mudanças na rotina dos Centros de Educação Integral, afinal as crianças precisam se alimentar, e em uma rotina de 9 horas diárias dentro da escola é preciso garantir que elas estejam saudáveis e bem alimentadas. Para isso “as unidades escolares com oferta de tempo integral são atendidas com três refeições diárias que correspondem a 70% das necessidades alimentares diárias: café da manhã, almoço e lanche” (CURITIBA. 2016b, p.10).

Para fomentar as discussões sobre os hábitos saudáveis na alimentação, a Secretaria Municipal da Educação criou o “Caderno de Alimentação Escolar: Escolas de Tempo Integral”, de 2016, que mostra a importância educacional do momento de alimentar os alunos. Segundo o Caderno “é muito importante que

essas discussões façam parte do cotidiano nas escolas de tempo integral, estimulando hábitos e valores alimentares necessários à promoção da saúde.”

Figura 11 – CAPA DO CADERNO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL (2016)



FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Estão presentes nesse caderno questões a respeito dos espaços destinados a alimentação, do servimento, do tempo de alimentação, do desperdício, da higiene, da prevenção da obesidade, entre outros. Além disso, também ressalta os aspectos positivos para a socialização dos educandos e a criação de certa autonomia para os mesmos.

Diferentes interações sociais e desenvolvimento de habilidades ocorrem no momento do servimento das refeições. A principal é a relação

criança/adulto, que começa a constituir-se neste momento, pois, ao alimentá-la também, a socializa. Neste contexto a criança procura saciar a sua fome respeitando o conjunto de combinados estabelecidos previamente para aquele momento. (CURITIBA, 2016b, p. 11)

Esse olhar pedagógico presente no Caderno de Alimentação Escolar mostra a importância de se voltar para as refeições, presente no cotidiano escolar, como um momento de grande aprendizado para os educandos. Na Educação em Tempo integral de Curitiba é possível encontrar a promoção da saúde e da alimentação saudável, presentes no PNE, em que o momento da alimentação “oportuniza vivências que possibilitam o desenvolvimento da autonomia, da compreensão de regras sociais na hora das refeições e no desenvolvimento do olhar crítico sobre a importância do bem nutrir-se.” (CURITIBA, 2016b, p.12)

As Práticas Educativas também estão previstas dentro do caderno em questão, as Práticas de Educação Ambiental, Práticas de Movimento e Iniciação Esportiva, Práticas de Ciência e Tecnologias e Práticas de Acompanhamento Pedagógico têm capítulos com um conteúdo específico a ser abordado em cada uma das oficinas:

- Nas Práticas de Educação Ambiental o capítulo fala sobre a Oficina de Educação Alimentar e Nutricional, a qual contempla a criação de uma horta escolar, além de abordar outros aspectos como os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável entre outros assuntos pertinentes;
- Nas **Práticas de Movimento e Iniciação Esportiva** o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) em que ocorre o registro do peso e altura dos educandos para o acompanhamento do Índice de Massa Corporal (IMC) ideal para cada idade. Retomando a partir dos resultados reflexões a respeito da obesidade infantil e questões como a pirâmide alimentar e a pirâmide de exercícios físicos;
- Nas Práticas de Ciência e Tecnologias a Oficina de Promoção da Saúde que busca fazer pesquisas e experimentos sobre os hábitos alimentares e sua relação com a saúde e o bem estar, ampliando o conhecimento científico e tecnológico sobre as mudanças que ocorrem na alimentação;
- Nas Práticas de Acompanhamento Pedagógico é proposta uma série de livros literários e paradidáticos que contemplam a temática da alimentação, para aprofundar os conhecimentos a respeito do tema.

Dentro das Práticas de Movimento e de Iniciação Esportiva ocorre o SISVAN, que tem por finalidade “determinar o estado alimentar e nutricional dos estudantes matriculados nas unidades escolares. O trabalho de coleta antropométrica é realizado, na maioria dos casos, pelos profissionais de Educação Física” (CURITIBA, 2016b, p. 43). Servindo assim como indicador nutricional da Rede Municipal de Ensino, apontando para casos que fogem dos indicadores normais, tais como subnutrição ou obesidade.

Os professores das oficinas são responsáveis por explicarem aos alunos o que é o SISVAN e qual sua importância para a saúde das crianças. Utilizando também o IMC, facilitando a obtenção de resultados a partir do peso, altura e idade dos educandos. A partir dessas premissas, podem-se trabalhar questões como a obesidade, o sobrepeso, a subnutrição e o que torna uma alimentação mais saudável. Pensando assim na pirâmide alimentar, refletindo sobre o papel da atividade física para uma vida mais saudável, mostrando a importância de comer bem e se exercitar.

A Prática de Movimento utiliza a carga horária extra da Educação em Tempo Integral para trabalhar questões relacionadas com hábitos saudáveis e a importância da atividade física. Promovendo a saúde e a alimentação saudável dentro das unidades que ofertam o período de tempo ampliado, mostrando o caráter integral da educação proporcionado pelo aumento da carga horária.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho tinha por objetivo inicial pesquisar durante a Prática de Ensino as aulas de Educação Física de uma escola municipal de Curitiba. Por se tratar de um Centro de Educação Integral as observações das práticas educativas geraram curiosidades a respeito de como tudo aquilo funcionava e o porquê era Prática de Movimento e não Educação Física. A partir daí as pesquisas se voltaram para a Educação em Tempo Integral e suas características.

A Prática de Ensino em seus dois semestres trouxe um grande aprendizado, que refletiu na escrita desse trabalho. Muitas das reflexões e questionamentos que permearam esta escrita vieram das observações e também das intervenções como professor em formação. Reconheço que a Prática de Ensino foi o principal motivador da minha pesquisa e de sua conclusão, pois sem a inserção na escola não seria possível conhecer a dinâmica de uma escola com oferta de tempo integral e suas práticas educativas, que despertaram o interesse do presente trabalho.

Acabou tornando-se um grande aprendizado a respeito da Educação em Tempo Integral, desde o início da pesquisa com a escolha dos documentos a serem analisados e aprofundamentos em questões históricas e políticas, que não eram o objeto final do meu estudo, mas se tornaram fundamentais para compreender como essa modalidade de ensino foi se estruturando ao longo dos anos, resultando nos avanços atuais, principalmente em Curitiba, foco da minha pesquisa.

As análises da legislação e histórico da Educação em Tempo Integral mostraram que o esporte, o lazer, a saúde, entre outros temas voltados à Educação Física estiveram e estão presente ao longo de todo o processo de construção do contraturno escolar. Principalmente em Curitiba, que procurou contemplar essas temáticas nas diferentes iniciativas existentes, culminando nas Práticas de Movimento e Iniciação Esportiva presentes como componentes da Educação em Tempo Integral do município.

A sexta meta do PNE e do PME, bastante abordada no presente trabalho, apresenta metas muito ousadas, que apesar de índices favoráveis para Curitiba, continuam a ser um grande desafio a ser alcançado. Pois seria necessário ampliar o grande número de escolas municipais que ofertam educação em período de tempo integral, aumentando significativamente o número de matrículas. É plausível atingir

a meta dentro dos prazos, se os esforços, investimentos e estratégias necessários acontecerem no tempo restante.

Foi possível compreender a complexidade que a ampliação da carga horária para 9 horas diárias proporciona para toda a entidade escolar, e a importância do planejamento e organização para a utilização do tempo e dos espaços. De forma, que transformar uma escola regular/parcial em uma escola que funciona em tempo integral vai muito além de ampliar a estrutura física, mas também requer um planejamento e adaptação a nova realidade. Também chamou a atenção a necessidade de adaptar as diretrizes e encaminhamentos para a realidade local da escola, pois nem todas as escolas contemplam uma estrutura física ideal. Isso faz com que os cadernos que norteiam as práticas precisem ser flexíveis e adaptáveis, de forma a englobar praticamente todas as realidades.

Compreender o que é Educação em Tempo Integral e como ela está estabelecida no município de Curitiba é fundamental para entender o planejamento das oficinas de Prática de Movimento e Iniciação Esportiva. Para então pensar as possibilidades formativas que estão dispostas nos cadernos anexos a esta prática educativa.

Foram de grande importância para minha formação a pesquisa e as análises dentro desta temática que faz parte da área de atuação dos professores de educação física, pois exigiu um aprofundamento nos documentos e cadernos que direcionam o trabalho desses profissionais. Sobretudo, pois com o crescimento cada vez maior da oferta da Educação em Tempo Integral indicado se torna necessário o estudo a respeito das Práticas de Movimento, para fomentar o debate sobre como vão se desenvolver as práticas voltadas para a área da Educação Física daqui para frente.

A realização de um trabalho voltado para oficinas de aprendizagem cumpre o papel de fugir da “hiperescolarização” proposto pelos documentos analisados. Além do mais a preocupação em utilizar os diferentes tempos e espaços para melhorar a educação se mostra uma grande solução, como exemplo a promoção da saúde e da alimentação saudável através de oficinas que pensem nas refeições não somente como rotina escolar, mas como momentos de aprendizagem, que podem ser explorados pelas práticas educativas.

O caráter lúdico proposto para a Prática de Movimento e Iniciação Esportiva é fundamental para que as propostas dos cadernos não se voltem somente para a

competição, especialização e técnicas dos esportes. Buscando ampliar as possibilidades dos professores para o aprofundamento dos conteúdos escolhidos para as oficinas.

Ainda na Prática de Ensino, durante minhas intervenções tive a oportunidade de trabalhar com uma turma no período ampliado e desenvolver uma oficina de Prática de Movimento, conhecer os Cadernos da Prática de Movimento e os documentos da Educação em Tempo Integral me ajudaram durante o processo de planejamento e desenvolvimento das oficinas realizadas durante o segundo semestre. A Prática de Ensino trouxe ainda algumas reflexões a respeito de alguns propósitos dos cadernos, como por que esses esportes e não outros, e questões voltadas aos direcionamentos de cadernos e suas prescrições. Por isso, ainda é preciso investigar essas questões e refletir também sobre elas.

Destaco por último a importância de se refletir a respeito das questões sociais, culturais e econômicas presentes no contexto da Educação Integral, pois quando se busca educar globalmente o aluno é preciso oferecer a ele possibilidades que o façam pensar criticamente a respeito também dessas questões. Sobretudo, quando se amplia a carga horária e se eleva o tempo efetivo de aprendizado dentro do ambiente escolar, portanto compreendo que não podem ser deixadas de lado reflexões a respeito desse tema entre os alunos, professores, escola, sociedade e governo. Devendo se buscar possibilidades que incentivem os alunos a compreender melhor o local, a cultura, e a sociedade em que estão inseridos. Para assim poder desenvolver melhor os conteúdos a serem trabalhados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Gerais da Educação Básica. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Ministério da Educação. Brasília, DF, 2013a.

BRASIL. Programa Mais Educação: passo a passo. (Série Mais Educação) Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica -Brasília,DF,2013b.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. Portaria n. 1.144, de 10 de outubro de 2016. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 11 out. 2016.

BRASIL. Censo Escolar 2016 Notas Estatísticas. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica - Brasília, DF, 2017.

CURITIBA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Educação. Diretrizes Curriculares para a Educação Municipal de Curitiba, v. 4 , 2006.

CURITIBA. Lei nº 14.681, de 24 de junho de 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação - PME, da Cidade de Curitiba. Diário Oficial Municipal, Curitiba, 25 jun. 2015.

CURITIBA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Educação. Educação em Tempo Integral de Curitiba Tempos, Espaços e Números, 2016a.

CURITIBA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Educação. Caderno de Alimentação Escolar Escolas de Tempo Integral. 2016b.

CURITIBA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Educação. Corrida de Orientação na Educação Integral, [2016c].

CURITIBA, Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Educação. Currículo do Ensino Fundamental, vol I. 2016d.

CURITIBA, Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Educação. Currículo do Ensino Fundamental, vol II. 2016e.

CURITIBA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Educação. Práticas Circenses na Educação Integral, [2016f].

CURITIBA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Educação. Práticas de Badminton na Educação Integral, [2016g].

CURITIBA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Educação. Práticas de Judô na Educação Integral, [2016h].

CURITIBA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Educação. Práticas de Xadrez na Educação Integral, [2016i].

CURITIBA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Educação. Programa Novo Mais Educação. Curitiba, nov. 2016j.

CURITIBA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Educação. Subsídios para a Organização das Práticas Educativas em Oficinas nas Unidades Escolares com Oferta de Educação em Tempo Integral, 2016k.

DAOLIO, J. Os significados do corpo na cultura e as implicações para a Educação Física Revista Movimento, ano 2, n. 2, 1995.

FARION, A. F. S. A Educação Em Tempo Integral De Curitiba: Organização do Trabalho Pedagógico nas Práticas Educativas e a Influência do Programa Mais Educação Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.

MACHADO, T. S.; BRACHT, V.; FARIA, B. A.; MORAES, C.; ALMEIDA, U.; ALMEIDA, F. Q. As práticas de desinvestimento pedagógico na Educação Física escolar Revista Movimento Porto Alegre, v. 16, n. 02, p. 129-147, abr./jun. 2010.

MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA (1932) E DOS EDUCADORES (1959). disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4707.pdf>>. último acesso em 20 Ago. 2019.

MOLINA NETO, V.; TRIVIÑOS, A. N. S. (orgs.). A Pesquisa Qualitativa na Educação Física: Alternativas Metodológicas Porto Alegre: Sulina, 2017.

TRINDADE, R.; COSME, A. Instruir, aprender ou comunicar: Reflexão sobre os fundamentos das opções pedagógicas perspectivadas a partir do ato de ensinar Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 16, n. 50, p. 1031-1051, out./dez. 2016.

ANEXO 1 – META 6 DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

META 6: Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) estudantes da educação básica.

ESTRATÉGIAS

6.1 Promover, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinar, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos(as) estudantes na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de profissionais da educação básica escolar em uma única escola.

6.2 Incentivar a adesão e a participação nos programas ofertados pelo governo federal com a gradativa ampliação das unidades educacionais participantes.

6.3 Instituir, em regime de colaboração, programa de construção de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado (ergonômico) para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social.

6.4 Garantir às unidades educacionais que ofertam educação em tempo integral infraestrutura e manutenção adequada, com implementação de planos de reformas e adequações em unidades que não foram construídas para o atendimento em tempo integral, considerando os horários e atendimento diferenciados, com equipamentos, instrumentos, mobiliário e recursos tecnológicos, proporcionando maior mobilidade, acessibilidade, funcionalidade e segurança, adequados a todos os níveis de ensino.

6.5 Considerar a concepção de educação integral na construção dos documentos orientadores municipais.

6.6 Institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, que garantam acessibilidade a todos os espaços, bem como a

produção de material didático e a formação de recursos humanos para a educação em tempo integral.

6.7 Prever que a construção de novas escolas do município sejam planejadas para atender às especificidades e às necessidades arquitetônicas, ambientais e de mobiliário da educação integral.

6.8 Prever obras específicas de reforma e ampliação dos espaços educativos para o atendimento da educação integral.

6.9 Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários.

6.10 Ampliar a oferta da educação em tempo integral na perspectiva da construção de territórios educativos que promovam o desenvolvimento das habilidades cognitivas, afetivas, psicomotoras e sociais dos(as) estudantes, buscando a garantia dos direitos à aprendizagem, por meio da mobilização de diferentes secretarias municipais, fomentada pelas Secretarias da Educação, para construção de um plano de ampliação de territórios.

6.11 Estimular a oferta de atividades voltadas à ampliação da jornada escolar de estudantes matriculados(as) nas escolas da rede pública de educação básica por parte das entidades privadas de serviço social vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino.

6.12 Orientar a aplicação da gratuidade, de que trata o Art. 13 da Lei Federal nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, em atividades de ampliação da jornada escolar de estudantes das escolas da rede pública de educação básica, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino.

6.13 Garantir a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas, considerando as mesmas especificidades relacionadas às condições de permanência, tanto no turno quanto no contraturno, no que diz respeito às questões físicas, humanas e materiais.

6.14 Ofertar atividades recreativas, esportivas, culturais, de cidadania e tecnológicas, diferenciadas, direcionando a expansão da jornada escolar, para perspectiva da educação integrada.

6.15 Garantir número necessário de profissionais da educação escolar básica qualificados(as) para os diferentes atendimentos (docentes e não docentes), incluindo o(a) articulador(a) pedagógico(a) de tempo integral, de forma a atender com qualidade, às necessidades específicas de cada instituição que oferece educação em tempo integral, nos diferentes níveis de ensino da educação básica, levando-se em conta o número de estudantes atendidos(as), considerando as modalidades ofertadas e especificidades sócioeconômicas de cada unidade, na perspectiva da equidade.

6.16 Garantir a oferta de formação continuada específica para profissionais da educação escolar básica que trabalham em instituições de tempo integral, considerando a implementação de políticas públicas voltadas para o enfrentamento de questões sociais, econômicas, culturais, ambientais, psicopedagógicas e políticas, visando à melhoria da qualidade na educação integral.

6.17 Promover a educação integral considerando o aprofundamento da educação científica e tecnológica; a dimensão da educação ambiental; a educação em direitos humanos; a pluralidade cultural; a historicidade; a ampliação do repertório artístico cultural a partir do estudo das diferentes linguagens artísticas; as modalidades esportivas; a promoção da saúde, potencializando, entre outros, o letramento linguístico, matemático e científico.

6.18 Promover o atendimento em educação integral com utilização de metodologias diferenciadas que priorizem a interação, a ludicidade e a experimentação prática, para a ampliação e aprofundamento dos conhecimentos escolares.

6.19 Elaborar currículos escolares para a educação integral, prevendo por meio de eixos, programas, práticas específicas entre outros o contraturno num trabalho que congregue, amplie e aprofunde os conhecimentos escolares dos componentes curriculares do turno na concepção da formação humana integral.

6.20 Ampliar os recursos destinados à educação no orçamento do município, por meio do regime de colaboração de forma a garantir maior aporte de recursos para educação integral, respeitando o princípio da proibição do retrocesso social quanto às políticas já ofertadas para o período integral pelo ente federado, sem prejuízos daquelas ofertadas por meio de recursos de origem externa.

ANEXO 2 – RELAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES COM OFERTA DE TEMPO INTEGRAL (2016)

	ESCOLA	CEI	UEI	EM	EMI
NRE - BN	EM Carlos Drummond de Andrade	X	X		
	EM Prof. José Cavallin	X			
	EM Dona Lulu			X	
	EM Paulo Freire			X	
	EM Paulo Rogério Guimarães Esmanhoto			X	
	EM Prof.ª Augusta Gluck Ribas			X	
	EM Sady Sousa			X	
NRE - BQ	EM David Carneiro	X			
	EM Érico Veríssimo	X			
	EM Maestro Bento Mossurunga	X			
	EM Prof.ª Maria Augusta Jouve	X			
	EM Prof.ª Tereza Matsumoto	X			
	EM Jornalista Arnaldo Alves da Cruz			X	
	EM Prof. Germano Paciornik			X	
	EM Lapa		X		
	EM Wenceslau Braz		X		
NRE - BV	EM Augusto Cesar Sandino	X			
	EM Bela Vista do Paraíso	X			
	EM Curitiba Ano 300	X			
	EM Doutel de Andrade	X			
	EM Prof. José Wanderley Dias	X			
	EM Prof.ª América da Costa Sabóia I		X		
	EM Pró-Morar Barigui		X		
	EM Anita Merhy Gaertner		X		
	EM Ditmar Brepohl		X		
	EM São Miguel		X		
	EM Eva da Silva	X			
	EM Issa Naclí	X			
	EM Ritta Anna de Cássia	X			
	EM Coronel Durival Brito e Silva			X	
	EM Senador Enéas Faria			X	
	EM Prof.ª Maria Marli Piovezan			X	

NRE - CJ	EM JoãoMacedoFilho		X		
	EM Michel Khury		X		
	EM Irati		X		
	EM Maria de Lourdes Lamas Pegoraro		X		
	EM Ayrton Senna da Silva		X		
	EM Pref. Linneu Ferreira do Amaral		X		
	EM Prefeito Omar Sabbag		X		
	EM Doutor Guilherme Lacerda Braga Sobrinho		X		
NRE - MZ	EMI Noely Simone de Avila				X
NRE - PN	EM Belmiro César	X			
	EM do Expedicionário	X			
	EM Francisco Frischmann	X			
	EM Jornalista Claudio Abramo	X			
	EM José Lamartine Correa de Oliveira Lyra	X			
	EM Prof.ª Nair de Macedo	X			
	EM Doutor Osvaldo Cruz		X		
	EM VereadoraLaisPeretti		X		
NRE - PR	EM Francisco Klemtz	X			
	EM Prof. Adriano Gustavo Carlos Robine	X			
	EM NancyCecatoCavichiolo			X	
NRE - SF	EM Julio Moreira	X			
	EM Pedro Dallabona	X			
	EM Prof.ª Lina M.ª Martins Moreira	X			
	EM Raoul Wallenberg	X			
	EM Foz do Iguaçu			X	
	EM Jardim Santos Andrade		X		
	EM JoãoStival		X		
	EM Padre JoãoCruciani		X		
NRE- TQ	EM Prof. Antonio Pietruza	X			
	EM Dona Pompília			X	
	EM Margarida OrsoDallagassa			X	
	EM Santa Ana Mestra		X		